

Albino Aroso, the right Man, in the right time Albino Aroso, o Homem certo, no tempo certo

João Dória Nóbrega*

Osaudoso amigo que partiu, já há algum tempo, deixou marcas indeléveis na área da Saúde Reprodutiva, Materna e Infantil, em Portugal.

A Mulher Portuguesa deve estar agradecida pela persistência, tenacidade e, quando chegou o momento, a vontade política, com que Albino Aroso sempre lutou para que fossem reconhecidos os direitos sexuais e reprodutivos, em Portugal.

Soube-se que, após o 25 de Abril de 1974, os técnicos da OMS vieram a Portugal e, perante o panorama geral da saúde, naquele período revolucionário, definiram como primeira prioridade a área da Saúde Materna e Infantil. No entanto, tudo continuou na mesma... Uma completa desarticulação dos vários níveis de cuidados materno-infantis, com difícil acesso e demoras desnecessárias aos níveis superiores, os hospitalares. Os indicadores de mortalidade materna, perinatal e infantil estavam ainda muito altos, com dois dígitos e na casa das três dezenas. Entre 1965-1975, a mortalidade neonatal precoce (MNNP), flutuou entre 15 e 16 por mil e a mortalidade fetal tardia descia lentamente. Em 1975, os jovens médicos que foram cumprir o «Serviço Médico à Periferia», criaram novos critérios, fizeram o rastreio das gravidezes complicadas e enviaram-nas para os centros (Lisboa, Porto e Coimbra). A MNNP começou então a descer, provavelmente devido a essa alteração *do status quo*.

Neste contexto, de relativa estagnação organizativa, Albino Aroso, ginecologista do Hospital de Santo António do Porto, Secretário de Estado da Saúde do VI Governo Provisório, presidido por Pinheiro de Azevedo, elaborou o famoso Despacho de 16/03/1976, publicado a 24 de Março, uma autêntica «pedrada no charco», onde pedia que se criassem, quando possível, consultas de planeamento familiar, em todos os locais de prestação de cuidados de saúde.

A esse apelo respondeu logo a Divisão de Saúde Materna e Saúde Infantil da Direcção-Geral da Saúde (DGSaúde), chefiadas, respectivamente, por Purifica-



Jorge Paula/Correio da Manhã

ção Araújo e Celsa Carvalho, iniciando cursos de formação em Lisboa, nas instalações da DGSaúde e com acções de formação em Saúde Materna e Planeamento Familiar, aos sábados, a nível regional (Norte, Centro e Sul).

O efeito imediato dessa formação iniciou um processo de mudança de mentalidade, especialmente, de médicos e enfermeiros, pois na sua aprendizagem, nada lhes fora ensinado acerca de planeamento familiar que, na época pré-25 de Abril, era tida como uma ideia altamente subversiva.

Já nessa altura, com o advento da pílula contraceptiva em Portugal, em 1962, Albino Aroso ajudava as mulheres que o procuravam no serviço público ou no seu consultório privado, no sentido de controlarem a sua fertilidade, com métodos hormonais. Mas na ficha clínica do serviço público não podia ficar registado que a paciente tinha escolhido um método de contracepção «hormonal». A questão era contornada, como ele contava, referindo que a paciente sofria de irregularidades menstruais e tratada, então, com a «pílula» chamada *Anovlar*, a primeira e, depois, todas as outras que se lhe seguiram. Albino Aroso também abordou a temática do Planeamento Familiar e da contracepção hormonal, com as autoridades religiosas do Porto, onde sempre viveu.

*Ex-Chefe de Serviço de Ginecologia e Obstetrícia da MAC; Ex-Vogal da 1ª Comissão Nacional de Saúde Materna e Infantil.

Ao longo da década de oitenta, foram feitas várias tentativas para melhorar a área da Saúde Materna-Infantil promovidas pela Divisão da Saúde Materna e Infantil da DGSaúde. Uma delas foi a criação do **Boletim de Saúde da Grávida**, no sentido de colmatar a falha existente na transmissão de informação clínica, entre os vários níveis de cuidados, já com a forma e o aspecto precursor do actual.

Mas a vontade política para fazer mudanças de vulgo na saúde materna e infantil só viria a acontecer com a chegada ao governo de Leonor Beleza, Ministra da Saúde dos primeiro e segundo governos de Cavaco Silva, nos anos 80.

Começou, então, uma nova era para as mães e crianças, em Portugal. Tudo começou quando o cirurgião, António Baptista Pereira, Ministro de Estado Adjunto da Ministra da Saúde, nomeou uma Comissão, da qual faziam parte Albino Aroso, Luís Pereira Leite, Professor de Obstetrícia da Universidade do Porto, e de Octávio Cunha, pediatra do Hospital de Santo António do Porto, com a finalidade de procederem ao «Levantamento e Análise dos Dados em Saúde Materna e Infantil em Portugal».

Os dados desse relatório revelavam a triste realidade de insuficiências, incongruências, desarticulações das estruturas e dos níveis de cuidados de saúde desta área. A sua leitura pelos deputados, sensibilizou-os de tal modo que aprovaram uma verba de trezentos mil contos, no sentido de colmatar essas necessidades mais prementes, de Norte a Sul do país. Todavia, as melhorias assim introduzidas, não eram suficientes para alterar o sistema e torná-lo eficiente. Com essa percepção, Octávio Cunha, também deputado do PRD, na altura, escreveu uma carta à Ministra da Saúde, Leonor Beleza, conjecturando que a forma de melhorar os nossos indicadores, vergonhosos, de saúde materna, perinatal e infantil, não se iria resolver com a aprovação, de verbas para obras, no Parlamento.

Seria necessário criar um programa completo de assistência materno-infantil que articulasse toda a pirâmide de estruturas implicadas na saúde reprodutiva e sugeria os nomes dos profissionais para uma comissão que o definisse e executasse. Assim aconteceu, tendo a Ministra nomeado a 1ª Comissão Nacional de Saúde Materna e Infantil, constituída por António Baptista Pereira, que presidia, dois vogais, um obstetra e um pediatra, por cada zona, respectivamente, L. Pereira Leite e Octávio Cunha, do **Norte**, Vicente Souto e Torrado da Silva, do **Centro** e J. Dória Nóbrega e José Manuel Palminha, do **Sul**, que iniciaram os trabalhos,

na sua primeira reunião em Outubro de 1987, em Coimbra. Em Setembro de 1989, a Ministra da Saúde apresentou, em conferência de imprensa, no Anfiteatro da Maternidade Alfredo da Costa, em Lisboa, o Programa Nacional de Saúde Materna e Neonatal (PNSMN), entretanto elaborado.

É, nesta fase, que Albino Aroso está no lugar certo, na hora certa. Ocupava o lugar de Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Saúde, no segundo Governo de Cavaco Silva. A sua vontade política e entusiasmo na aplicação do PNSMN foram cruciais para as grandes mudanças que então se iniciaram. Das mais importantes, ressaltam as reuniões, sob a sua égide, dos dois directores-gerais, o Director-Geral dos Hospitais e o Director-Geral da Saúde que, até à data, pouco ou nada comunicavam. A filosofia do PNSMN realçava a incongruência da existência de duas direcções-gerais, actuando em direcções opostas, em problemas comuns. Em boa hora desapareceram do organigrama do Ministério da Saúde e, hoje, só existe uma.

A influência de Albino Aroso foi decisiva, no modelo de divulgação das particularidades do programa, ao nível das ARS e das autarquias locais. Albino Aroso e toda a Comissão, de Norte a Sul, expunham os pormenores e esclareciam as dúvidas suscitadas pelos autarcas, médicos e enfermeiros, principalmente, quanto ao encerramento de unidades obstétricas, sem condições, para um parto seguro. Efectivamente, ao longo do tempo da sua aplicação, não há memória de protestos de autarcas ou da própria população. O PNSMN, previsto ser concretizado ao longo de seis anos, foi concluído em apenas três anos.

Foram esses momentos de grande intensidade que, nos encontros, ao longo dos anos, que fui tendo com o Dr. Albino Aroso, recordávamos com saudade, as memórias gratificantes das vivências comuns e congratulávamo-nos com os indicadores de saúde materna, perinatal e infantil, em 2010, já no grupo dos seis melhores do mundo.

Por decisão pessoal o autor do texto não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico.